

Passado em disputa: a contribuição da teoria dos gêneros do discurso para os atuais desafios da historiografia

Rhenan Pereira Santos, UFRGS¹

Resumo

O artigo propõe analisar a contribuição da teoria dos gêneros do discurso, elaborada pelo Círculo de Bakhtin, para a circulação do conhecimento histórico academicamente produzido. A reflexão foi construída a partir da análise da perspectiva marxista para a produção do conhecimento histórico, dialogando com autores que tem pensado a ideia de uma crise da história disciplinar. Essa reflexão pensa o contexto brasileiro no qual surgem narrativas negacionistas e reacionárias que tomam um suposto conhecimento histórico para validar seus interesses. Concluímos que a historiografia tem encontrado dificuldades para apresentar um contraponto a essas narrativas, o que ocorre pela falta de domínio dos historiadores de gêneros do discurso não acadêmicos.

Palavras-chave: Crise da história; Círculo de Bakhtin; Conhecimento historiográfico.

Abstract

This paper proposes an analysis of the contribution of the speech genre theory put forward by the Bakhtin Circle, for the circulation of knowledge on History produced in academia. This reflection was built on an analysis of the production of knowledge following a Marxist perspective, dialoguing with authors who have been reflecting on the idea of a crisis of History as a discipline. This reflection considers the Brazilian context, which has seen the emergence of revisionist and reactionary narratives that use supposed historical knowledge to validate their interests. We concluded that historiography has been finding difficulties to present a counterpoint to these narratives, due to historians' inability to use non-academic speech genres.

Keywords: History crisis; Bakhtin Circle; Historiographic knowledge.

Introdução

Alguns historiadores – e pensadores de “fora” deste campo acadêmico – têm desenvolvido a ideia de que a historiografia estaria passando por uma crise. Essa crise se daria de muitas formas: por um lado, a história disciplinar estaria perdendo sua capacidade de oferecer respostas para a sociedade, desvinculando-se do presente; em outras perspectivas, teria se fechado em sua torre de marfim, perdendo a perspectiva de atender algum tipo de função social; ainda seria possível dizer que chegamos em um momento que, com o fechamento do futuro para as utopias, teríamos perdido a capacidade de sonhar com outros mundos possíveis e a história, com essa ausência, restaria como conhecimento desprovido de um sentido.

¹ Rhenan Pereira Santos é doutorando e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e licenciado em História pela mesma universidade. É professor da rede pública municipal de Canoas/RS.

A partir de uma perspectiva marxista, temos discordâncias com muitas dessas formulações e alguns pontos de acordo com outras tantas. Nosso objetivo aqui é abrir um espaço de diálogo entre essas diferentes correntes teóricas, partindo de algumas problemáticas que nos parecem de grande relevância e buscando, em um sentido bastante prático, pensar algumas alternativas para sua superação. Essas problemáticas são: a história tem sido alvo de disputa por grupos conservadores e reacionários, muitas vezes de caráter falsificador e negacionista, sem que, com isso, nosso campo disciplinar tenha tido capacidade para oferecer uma resposta ou alternativa a essas interpretações.

Nossa hipótese é a de que a teoria dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2016) apresenta um encaminhamento interessante para compreendermos essas problemáticas acerca da circulação do conhecimento histórico. Na primeira parte do texto, apresentamos nosso referencial teórico-metodológico, com o objetivo de fundamentar nossa perspectiva acerca do conhecimento histórico. Na segunda parte, estabelecemos contato com algumas elaborações de teóricos que pensam ou ajudam a pensar a crise da história. Por fim, na terceira parte, discutimos sobre as contribuições do Círculo de Bakhtin, de modo a apresentar e sustentar nossa hipótese.

Nossa perspectiva teórica acerca da produção do conhecimento histórico

Nossa reflexão parte de uma perspectiva marxista para a produção do conhecimento histórico. Filiado à tradição de pensamento inaugurada por Marx e Engels, entendemos que cumpre ao historiador (e ao filósofo, ao sociólogo etc.) fornecer as armas da crítica que suportam a crítica das armas (MARX, 2013a, p.157). Isso significa dizer que a transformação material das condições de reprodução da sociabilidade só pode ocorrer a partir de uma força material que a derrube. A teoria, nesse processo, tem qual papel de suporte? A teoria – em nosso caso, saber historiográfico – se torna igualmente força material na medida em que “se apodera das massas”(MARX, 2013a, p.157), em que faz parte da consciência da força material da sociedade capaz de cumprir esse papel de superação da sociabilidade capitalista. Isso não se dá sob quaisquer condições. Se se pretende transformadora, “a teoria só é efetivada num povo na medida em que é a efetivação de suas necessidades” (MARX, 2013a, p.158). Não é qualquer conhecimento, portanto, mas aquele preocupado em dar conta das necessidades concretas daqueles que são sistematicamente tolhidos de suas necessidades, que busca trazer as respostas para as perguntas que entrecortam sua existência e explicar quais são os mecanismos que lhes impõem a dominação sobre seus corpos e suas vidas.

A história, como saber, tem para nós um fim eminentemente prático. Não nos preocupa a mera erudição que não tem um fim para além de si mesma, mas o conhecimento capaz de explicar nessa realidade tal como ela se apresenta, de compreender aquilo que não é imediatamente evidente para nossos sentidos. Explicar uma sociedade que reduziu tudo que esteve ao seu alcance à forma mercadoria e que pretende reduzir a ela tudo aquilo que ainda não o foi. Uma sociedade na qual as mercadorias criadas pelo trabalho humano nos aparecem “dotadas de vida própria” (MARX, 2013b, p.148), na qual encontramos “relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2013b, p.148). O papel específico da história é o de compreender as circunstâncias legadas pelo passado nas quais os agentes sociais do presente podem agir e fazer sua história. Se “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p.25), a história deve identificar quais são essas permanências, como elas se apresentam, em que termos, sob quais dinâmicas, como se constituíram e, assim, contribuir para que se elabore possíveis caminhos de sua superação.

Em síntese: para nós, a história tem uma função e essa função é eminentemente crítica. Pensando essa dimensão crítica em si mesma, Marx a definiu como “*crítica inescrupulosa da realidade dada*; inescrupulosa tanto no sentido de que a crítica não pode temer os seus próprios resultados quanto no sentido de que não pode temer os conflitos com os poderes estabelecidos” (MARX, 2010, p.71).

Dito isso, é necessário pensarmos o estatuto de verdade do conhecimento produzido por nós. Afastamo-nos de posições relativistas que não são capazes de diferenciar entre verdadeiro e falso e que, ao fazerem a crítica do projeto iluminista de racionalidade (crítica que é, em si mesma, adequada) abandonam qualquer tipo de realidade objetiva, de conhecimento possível sobre ela². Como se a própria noção de verdade devesse ser afastada por medo de, assim, se cair em algo que é definido de modo muito vago como “positivismo”. Em razão disso, concordamos com Hobsbawm quando ele diz que “é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis” (HOBSBAWM, 2013, p.371).

Nesse sentido, o texto histórico acadêmico compreende um gênero discursivo específico, com suas regras internas próprias, dirigindo-se para interlocutores específicos e

² Aquilo que Pericás distinguiu ao dizer que “há a necessidade de ser objetivo, sem ser ‘objetivista’, completamente imparcial” (PERICÁS, 2010, p. 24).

formado por um certo repertório possível de enunciados. Sua função (ou funções), portanto, é igualmente específica ou, ao menos, a produção historiográfica não é capaz de cumprir qualquer função. Posteriormente retornaremos a esse ponto, quando formos desenvolver a contribuição do Círculo de Bakhtin para pensarmos acerca da escrita da história e de sua atuação na sociedade por meio dela.

Quando falamos em uma verdade histórica, naturalmente, referimo-nos a uma verdade de duas ordens: *possível* e *transitória*. Uma *verdade possível* porque compreende ao acúmulo de conhecimento em um dado campo e em um dado momento histórico. É uma verdade que dialoga com as demais contribuições de outros historiadores e que tem esse estatuto na medida em que encontra suporte histórico em vestígios do passado e nas reflexões que já foram desenvolvidas e que dizem respeito ao objeto de estudo abordado por nós, somando-se ao já apresentado, validando-as, mostrando seus limites e equívocos, apresentando novas aproximações possíveis, elencando questões ainda não realizadas etc. É uma verdade possível, nesse sentido, porque representa o conhecimento que temos sobre o passado até onde nosso campo disciplinar pôde discutir essas problemáticas, configurando-se como uma verdade que é em si mesma histórica. Conforme sintetizou Bloch: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p.75).

É uma *verdade transitória* porque ela jamais se configura como fechada, como definitiva. Toda verdade histórica é um conhecimento possível sobre o passado em um dado momento e que quase inevitavelmente será superado, mesmo que parcialmente, por novas pesquisas. Por isso é uma impossibilidade supor que qualquer conhecimento que tenhamos sobre o passado seja definitivo. É, em suma, o nosso *conhecimento até aqui*. Não é demais lembrar: ainda que o passado esteja dado, ele é jamais totalmente alcançado por nós; o historiador tenta dominar um passado que lhe escapa aos dedos constantemente, restando em suas mãos os grãos de seus vestígios e de suas marcas no presente. Esses são, ao nosso ver, os limites de nossas verdades sobre o passado.

Esse conhecimento não é elaborado a partir de um vazio, mas fundamentado naquilo que podemos conhecer a partir das fontes que travamos contato. A história versa, em uma definição bastante clássica, sobre os seres humanos no tempo, e por isso nosso objeto de estudo são os vestígios e permanências da ação desses seres humanos no decorrer do tempo. Não pretendemos discorrer aqui sobre o que são fontes históricas mais detidamente, mas por ora nos serve lembrar que essas fontes se manifestam de infinitas formas, não sendo legítimo as

hierarquizarmos em termos de maior ou menor importância. Uma fotografia ou fragmento cerâmico terão sua importância segundo as perguntas que fazemos para o passado. As fontes históricas são nossos elos com o passado e ao mesmo tempo os referenciais que não permitem que qualquer coisa seja dita sobre o passado, os referenciais que balizam a produção historiográfica e permitem que se diga que este ou aquele trabalho estão corretos, apresentam um conhecimento verdadeiro sobre o passado ou não.

Naturalmente esse conhecimento será uma aproximação, e sucessivas aproximações conferirão maior rigor para sua análise. Esse produto do historiador, em alguma medida, comporta certo grau de “imaginação” – talvez seja mais rigoroso utilizar o termo “inferência” – para preencher as lacunas e conferir coerência à narrativa histórica que produzimos. Mas esse não é um simples exercício de imaginação livre, nem mesmo com a liberdade que o escritor de um romance histórico possui. Podemos realizar inferências na medida em que elas façam sentido no acúmulo de conhecimento que já possuímos sobre o período e que deixamos clara que são afirmações que não estão diretamente baseadas nas fontes analisadas. Futuras pesquisas poderão conferir legitimidade para essas inferências – que, em certo sentido, se comportam como hipóteses – ou demonstrar que estavam equivocadas.

Considerando o que dizemos até aqui, o historiador terá produzido um fato histórico, uma certa inteligibilidade sobre um evento do passado. Ou, como definiram com excelente poder de síntese Petersen e Lovato:

[...] o conhecimento é uma construção do sujeito, mas não é uma construção arbitrária, pois há um referente externo que não se confunde com o sujeito e que este se propõe representar. [...] Os acontecimentos, portanto, são apropriados pela recepção ativa do historiador e assim o fato histórico não é um “dado empírico” nem um “produto da mente do historiador”, mas uma *construção* do historiador, *comprometida* com a representação objetiva do acontecido (PETERSEN e LOVATO, 2013, p.268).

É importante destacarmos que o ofício do historiador, sendo assim, comporta dois planos que não se confundem: o passado, que está dado, e nosso conhecimento sobre ele. Nesse ponto temos acordo com Malerba (2002, p.145), quando define que no plano *ontológico* da histórica temos o acontecido, o passado em si, aquilo que está dado e não depende do historiador para existir; no plano *epistemológico*, por sua vez, encontra-se o conhecimento do historiador sobre o passado, aquilo que ele compreende do acontecido. O fato histórico, tendo isso em vista, jamais está dado, não se encontra em estado bruto nas fontes históricas. O fato é o resultado final da ação do historiador sobre o passado, ação que ocorre sempre e necessariamente a partir do presente e de suas necessidades, mesmo quando isto não está claro para o historiador.

Levando isso em consideração, devemos observar que a discussão proposta diz respeito, sendo assim, ao plano epistemológico da história, tendo em vista que partimos da compreensão de que o passado esteja dado e não possa mais ser motivo de disputa enquanto tal, enquanto pertencente à sua temporalidade. Uma afirmação um tanto óbvia, por certo, mas que serve para lembrarmos que as disputas às quais podemos nos dedicar, em um plano ontológico, tanto em nossas produções teóricas quanto em nossa atividade prática, dizem respeito ao presente, ao nosso tempo. São as contradições do presente – e não abandonamos a categoria de luta de classes – que determinam o conjunto de nossas relações sociais. Ocorre que, cumprindo a história o papel de apresentar explicações para o presente, seu plano epistemológico é um objeto natural de disputa pelas forças em conflito em nossa sociedade. Não é sem motivo o crescente interesse de setores conservadores e reacionários pelo saber historiográfico. De *guias politicamente incorretos*³ a *Brasis paralelos*⁴, houve uma ampla tomada de consciência, por parte das classes dominantes, da importância de se disputar o conhecimento histórico e apresentar determinadas leituras que sejam favoráveis aos seus interesses.

Ocorre que, em nossa compreensão do que seja o saber historiográfico, esses não são conhecimentos de mesmo valor. O produto desses “intelectuais” não é o mesmo que o elaborado por historiadores, ainda que tenha como objeto o mesmo dado ontológico – o passado. Ao nosso ver, é um equívoco considerar que, por tratarem do mesmo objeto, ambos os conhecimentos sejam equivalentes. Astrônomos e astrólogos, afinal, olham para o mesmo céu.

É a nossa capacidade de conhecer o passado que torna nosso ofício relevante socialmente. Os historiadores têm algo para dizer sobre o que aconteceu e esse algo, espera-se, é dotado de confiabilidade, na medida em que seja uma verdade possível, tendo-se a certeza de que é um conhecimento que se amplia e se torna “mais verdadeiro” à medida que novas aproximações, partindo de novos sujeitos – possibilitando novos olhares –, mas elaborados a partir de rigorosos critérios teórico-metodológicos, reelabora essas reflexões. Quando a sociedade pergunta ao historiador algo, ela espera que esse conhecimento tenha sido desenvolvido a partir de bases seguras. É imperativo que esse estatuto seja defendido, não

³ Série de livros iniciados por *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch (2009). A série também possui volumes sobre a história mundial (NARLOCH, 2013) e da América Latina (NARLOCH e TEIXEIRA, 2011), entre outros temas. O conteúdo desses trabalhos é pretensamente polemista, com pouca qualidade teórica e falta de rigor no trato das fontes consultadas, incluindo leituras absolutamente equivocadas que buscam, claramente, atender objetivos políticos específicos.

⁴ Brasil Paralelo é uma produtora de conteúdo audiovisual de claro cunho negacionista e reacionário. Seus trabalhos são criações ficcionais vendidas como peças de conhecimento histórico (mas não apenas) sério. A produtora busca construir uma narrativa sobre o Brasil a partir de concepções negacionistas, simpáticas ao monarquismo, em defesa de uma ideia de Ocidente e anticomunistas. www.brasilparalelo.com.br.

porque seja um argumento retoricamente poderoso – e talvez esse seja o caso –, mas porque ele é, para a estranha surpresa de alguns, *verdadeiro*.

Falamos de retórica porque temos claro que esses movimentos negacionistas têm recebido lastro social e são tomados como verdadeiros, mas isso ocorre na medida em que eles aparecem como verdadeiros para o grande público. Aqui está o centro da disputa. Talvez estejamos perdendo espaço para um pseudoconhecimento sobre a história porque não estamos sabendo como demonstrar que aquilo que produzimos é mais rigoroso e confiável, o que comporta em si uma dimensão retórica. Este é um impasse de difícil solução, mas ao qual propomos uma saída. O que importa por ora lembrar é: os historiadores produzem conhecimento historiográfico que é verdadeiro – levando-se em conta todas as limitações dessa verdade – e o mesmo não pode ser dito sobre qualquer leitura feita sobre o passado.

Crise da história? Alguns apontamentos

Historiadores têm pensado acerca daquilo que chamam como uma crise da história. A história estaria passando por um processo de crise de suas bases disciplinares que fundamentaram sua prática até então e, com isso, estaria perdendo sua capacidade explicativa e – mais importante – seu uso prático, sua função social. A própria existência da história enquanto disciplina estaria sendo colocada em xeque. Nesse horizonte, seria necessário repensar radicalmente as bases pelas quais a história é elaborada.⁵

Minha opção pelo futuro do pretérito do indicativo é, por óbvio, consciente. Temos discordâncias com relação ao que estes historiadores têm formulado, muitas delas porque partimos de perspectivas teóricas fundamentalmente distintas. Como exemplo, podemos citar a questão dos usos práticos da história disciplinar. Esses teóricos têm reivindicado a necessidade de se pensar uma história prática, preocupada em pensar o presente, em evitar a ruptura temporal entre passado e presente que cria, artificialmente, uma separação neste *continuum*, preocupada em pensar os usos dos conhecimentos produzidos pelos historiadores. Qual nossa discordância aqui? Ora, *não há possibilidade* de um conhecimento que não tenha um sentido prático a partir da tradição iniciada por Marx no século XIX. Para aqueles que pensam a realidade social a partir do materialismo histórico e dialético, reivindicar um uso prático do conhecimento parece uma afirmação muito longe de ser original – e, em grande medida, uma auto evidência. É

⁵ Esse é um debate amplo. Como orientação para um ponto de partida acerca da reflexão, poderíamos mencionar os trabalhos de Avila (2018), Avila, Nicolazzi e Turin (2019), Bauer e Nicolazzi (2016) e White (2018).

curioso pensar que durante anos – e ainda hoje – os marxistas foram criticados por justamente sustentarem a importância de um uso prático para o conhecimento.

Temos consciência de que, por essa divergência teórica, não nos referimos aos exatos mesmos sentidos quando falamos em usos práticos do passado. Também reconhecemos que a tradição marxista nem sempre soube lembrar da décima primeira tese de Feuerbach e seu chamado à ação para todos os intelectuais (MARX e ENGELS, 2007, p.539). Mas esquecer que o marxismo é uma filosofia da *práxis* seria um erro fatal.

Por outro lado, não pensamos que as discussões desses teóricos da crise da história sejam irrelevantes, pelo contrário. Ainda que muitas vezes não resgatem as reflexões inauguradas por Marx e Engels, trazem considerações importantes para pensarmos a história em nosso tempo. É fundamental que a tradição marxista, nesse sentido, realize um “acerto de contas” com esses intelectuais, abrindo um necessário debate sobre essa questão de tamanha importância. Após termos trazido essas divergências, pretendemos abrir alguns canais de diálogo que nos permitam avançar para nossa sugestão de como enfrentar a afirmada crise. Encontrar esses pontos de confluência é importante para que, mesmo a partir de pontos de partida distintos, reflitamos sobre os desafios para a história hoje.

O processo de crescente divisão social do trabalho impôs ao trabalho intelectual uma dispersão em disciplinas cada vez mais especializadas, dedicadas a dimensões específicas da vida. Esse processo, acentuado no decorrer do século XX, atingiu igualmente ciências naturais e humanas, com severas consequências para a produção do conhecimento. Divididos em campos cada vez mais limitados – inclusive em uma tentativa de reafirmar sua legitimidade própria frente às demais –, as disciplinas foram erguendo barreiras que evitassem o contato externo capaz de lhes atingir a “pureza”. Esse movimento se mimetiza internamente, enquanto essas mesmas disciplinas criam subdivisões hiperespecializadas e, em um nível acadêmico, formando grandes especialistas de frações tão pequenas do conhecimento que nos perguntamos, por vezes, qual relevância ainda conservam. A história, naturalmente, foi vítima desse mesmo processo.

Ainda que essa possa parecer uma afirmação óbvia para todos aqueles familiarizados com a realidade acadêmica – e nos questionamos, provocativamente, que lugar teria um pensador como Marx em uma universidade hoje? Como adequá-lo a algum departamento? –, não penso que essa questão tenha perdido sua importância. A organização disciplinar que a divisão social do trabalho impôs tem consequências profundas na forma como o conhecimento tem sido produzido pelos profissionais do trabalho intelectual. Como poderia uma disciplina

que se mostra crescentemente limitada dar conta de uma realidade que é crescentemente complexa e diferenciada?

Gordon (2007, p.117) é preciso: ao não se abrir para essa realidade maior – e a realidade é sempre maior que qualquer disciplina –, ao se fechar no interior de sua lógica disciplinar e ao se restringir na aplicação necessariamente limitada de seus métodos, em uma verdadeira fetichização da metodologia, a disciplina pensa se tornar o mundo e, assim, implode em suas próprias bases. A esse fenômeno Gordon chamou de “decadência disciplinar”:

Em termos mais concretos, a decadência disciplinar assume a forma de uma disciplina que avalia todas as outras disciplinas do seu ponto de vista supostamente completo. É o erudito literário que critica o trabalho de outras disciplinas como não literário. É o sociólogo que rejeita outras disciplinas como não sociológicas. É o historiador que afirma a história como o fundamento de tudo. É o cientista natural que critica os outros por não serem científicos (GORDON, 2007, p.118).

Restritos nesses termos, os intelectuais podem produzir uma forma bastante restrita de conhecimento e terão uma igualmente limitada ação na realidade.

Em uma perspectiva marxista, não há conhecimento possível que não tenha como horizonte a busca pela compreensão da totalidade, totalidade concreta que não pode ser entendida como a soma de suas partes, mas como um complexo integrado por outros complexos (que não são “simples”, ainda que tenham menor complexidade). Totalidades que precisam ser estudadas na busca de se compreender quais delas são mais determinantes que as demais em um certo processo, buscando as tendências que atuam sobre elas, mas sem que com isso se seja determinista e se perca a perspectiva dialética de que são totalidades em mútua determinação (NETTO, 2011, p.56-57).

A totalidade, pode ser sintetizada a partir de três definições: em primeiro lugar, é a unidade concreta de uma série de contradições que se encontram em interação; em segundo lugar, não existem totalidades “isoladas”, toda totalidade subordina uma série de outras totalidades e está sobredeterminada por outras; em terceiro lugar, toda totalidade é histórica e só pode ser compreendida nesses termos (BOTTOMORE, 2001, p.381). É esta perspectiva da totalidade a grande originalidade da contribuição marxiana para o conhecimento e não, como dizem muitos de seus detratores, uma suposta determinação da economia sobre todas as coisas – que, nesses termos, não existe em sua obra. Ao nosso ver, resgatar a perspectiva da totalidade é uma das chaves teórico-metodológicas para enfrentar esses desafios.

Colocando em outros termos, isso significa dizer que os historiadores precisam realizar um processo de dupla abertura. Em primeiro lugar, precisam ter em vista que seus objetos de

estudo não podem ser analisados isoladamente porque, tomados em si mesmos, não oferecem explicações suficientes acerca da realidade concreta de seu entorno e, de fato, nem mesmo acerca do próprio objeto. É imperativo que o vício das parcialidades seja substituído pela busca das totalidades e esse é um movimento que não pode ser realizado sem levar em conta as contribuições do pensamento marxista. Isso não significa o abandono da análise particular e da especificidade, muito necessária, mas tomarmos essa análise tendo sempre em vista uma perspectiva de sua inserção na totalidade. Em segundo lugar, precisam abandonar um horizonte exclusivamente historiográfico no que diz respeito à sua perspectiva teórico-metodológica, estando abertos para as contribuições dos outros campos do conhecimento e tendo clareza de que as divisões disciplinares, na forma como estão colocadas, são reflexo da divisão social do trabalho e de seu processo de crescente especialização. Em última instância, precisam defender o fim de fronteiras rígidas entre as disciplinas. Não é possível fazermos história – boa história – de outro modo. Acerca disso, Bloch já lembrava, há muito tempo: “Poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas distintas. É que os fatos humanos são mais complexos que quaisquer outros. É que o homem se situa na ponta extrema da natureza” (BLOCH, 2001, p.81).

Abrimos essa reflexão dizendo que a história, em uma perspectiva marxista, tem um fim eminentemente prático, como o tem todo e qualquer conhecimento elaborado a partir da perspectiva teórica fundada por Marx e Engels. Em razão disso, não basta que se reflita sobre como se escreve a história, mas de que modo essa escrita circula, como essas produções avançam para além dos espaços acadêmicos e encontram o mundo, dialogam com outros interlocutores. Em sentido semelhante, foi o alerta apresentado por Nicolazzi:

[...] o repensar as condições para se (re)politizar a prática historiográfica assume aqui uma posição privilegiada. A hipótese que se levanta, dessa maneira, é a de que não basta que a reflexão epistemológica sobre o fazer histórico se concentre única e exclusivamente em seus postulados de produção, isto é, nos modos e princípios que orientam a construção do saber historiográfico. Creio que, sem desconsiderar estes postulados, a atenção deve igualmente ser voltada para os planos da circulação e da recepção do conhecimento produzido, pensando as formas de atuação social e intervenção pública de historiadores e historiadoras em nossa sociedade (NICOLAZZI, 2018, p.21).

Devemos, portanto, tornar constante a reflexão acerca da circulação e da recepção do conhecimento histórico para o grande público. Isso não significa dizer que devemos ignorar a possibilidade de uma produção fundamentalmente acadêmica, fechada no interior das discussões próprias de nosso ofício. Na próxima seção, refletiremos de modo mais detido nesse ponto. Mas naturalizar esse formato como o ponto privilegiado de nossa produção significa

esterilizar a capacidade crítica da história, torná-la descolada da realidade concreta e incapaz de intervir nessa realidade. A história não se torna crítica por olhar para o passado, embora esse seja, por óbvio, um de seus principais fundamentos epistemológicos. A história se torna crítica quando olha para o presente.

Gostaríamos de encerrar esta seção trazendo mais um ponto importante: o saber histórico não é privilégio dos historiadores e, em razão disso, talvez seja possível dizermos que a função social da história e do historiador não se confundem necessariamente. Partindo da primeira parte dessa afirmação, resgatamos a seguinte passagem de Bauer e Nicolazzi:

O saber histórico não é um objeto estanque, estável, a-histórico, evidente por ele mesmo. Tampouco é uma espécie de monopólio dos historiadores, como se eles possuíssem alguma forma de cláusula pética que lhes concedesse o direito exclusivo de se falar a partir da história, todos os outros sendo meros amadores ou, pior, “apenas jornalistas”. O historiador é mais um participante deste jogo, que é jogado muitas vezes de forma tensa, com uma torcida pouco amistosa e com jogadas desleais por parte de muitos jogadores (historiadores incluídos) (BAUER e NICOLAZZI, 2016, p.818).

O saber histórico não é privilégio dos historiadores. Essa afirmação, que pode parecer incômoda para alguns, é incontornável. Em última instância, saber algum é privilégio de seus especialistas, daqueles que buscaram uma formação acadêmica centrada nessa temática e em seus procedimentos de análise e reflexão. Um pedreiro experiente é capaz de erguer uma casa com tanta ou maior precisão do que um engenheiro civil formado há pouco tempo e esse não é o único exemplo empírico que poderíamos invocar. Ao recusar esse ponto e considerar como natural a exclusividade de fala dos historiadores sobre a história, nos fechamos para o debate e vimos crescer o revisionismo entre a sociedade sem sabermos ser mais do que meros espectadores.

Isso não significa que não tenhamos um papel importante para cumprir. Tomamos a liberdade de resgatar mais uma passagem dos autores supracitados:

[...] falar da função social do historiador implica desde já um recorte evidente: o historiador é aquele que, exercendo um determinado ofício, é reconhecido e legitimado pelas formas sociais, institucionais e epistemológicas que determinam este ofício: um diploma, uma profissão regulamentada, a autoridade conferida pelos pares, o respeito aos protocolos teórico-metodológicos que definem a prática etc. Por outro lado, ao se falar de uma função social da história, tal recorte não está necessariamente implicado, já que é possível sustentar que a história é um objeto de uso de vários indivíduos ou grupos de indivíduos que nem sempre se reconhecem ou são reconhecidos social, institucional e epistemologicamente como historiadores (BAUER e NICOLAZZI, 2016, p.819).

Uma questão que, parece-nos claro, não é simples: qual o papel do historiador nessa contenda, tendo em vista que a história é um campo em disputa? Já está claro que não adotamos uma perspectiva relativista do conhecimento histórico, que considere que essa disputa ocorre em termos de inúmeras “verdades”, todas elas possíveis, do mesmo modo que não aceitamos a ideia de que verdades históricas estejam dadas, bastando ao historiador coletá-las. Mas essa disputa ocorre em termos em que é possível, sim, diferenciar conhecimento verdadeiro de falsificações históricas.

Aqui entra, ao nosso ver, o papel do historiador. Atribuir sentido ao passado é um processo inerente da condição humana e, em grande medida, está fora do controle dos historiadores. Esta é a vicissitude de se trabalhar com um objeto que permeia a nossa existência. Mas o fato é que o historiador produz um conhecimento sobre o passado que é de outra ordem, que parte de outras preocupações e que tem, sim, uma relação de validade muito distinta. Nesse sentido, temos acordo com aquilo que foi apresentado por Motta, quando ele nos disse que:

A distinção está no fato da história operar com procedimentos científicos, seguir um método, pautar-se pela crítica das fontes e buscar evidências diversificadas. O historiador deve desconfiar das suas fontes, inquiri-las em busca da verdade, uma meta que é inalcançável em sentido puro, mas que ainda assim permanece o objetivo principal. Portanto, o ponto diferencial é que o historiador pode levar ao público um conhecimento mais crítico, mais reflexivo. Nós também podemos atender à curiosidade e à necessidade de divertimento do grande público, mas, com a peculiaridade de incluir no pacote o “biscoito fino”, ou seja, levar o leitor à reflexão crítica (MOTTA, 2016, p.326).

Esses são alguns dos pontos nos quais pensamos ser possível estabelecermos diálogo com essa perspectiva de reflexão acerca da história, mantendo-nos rigorosos com nossa perspectiva teórica. Independentemente da nossa perspectiva, inclusive, e daquela que é manifestada por nossos interlocutores, tratamos de problemas que são comuns ao nosso ofício, que têm impactado profundamente nossa realidade profissional e que precisam ser discutidos. O esforço de nos fazermos ouvir, a despeito das muitas divergências teóricas do campo historiográfico, é fundamental. Sem esse esforço, corremos o risco de nos tornarmos obsoletos e a obsolescência do historiador só serve para aqueles interessados em manter a ordem excludente que impera.

Para sintetizar, identificamos problemas de duas ordens: 1) o conhecimento histórico tem sido disputado por sujeitos políticos com interesses negacionistas e politicamente reacionários; 2) a história, enquanto produção acadêmica, tem tido dificuldades para confrontar essas posições e apresentar contrapontos ao grande público. São esses desafios que se colocam

e aos quais precisamos buscar algum tipo de resposta. Pretendemos esboçar alguns encaminhamentos na próxima seção.

Pensar a produção historiográfica a partir de gêneros do discurso

Para começar, precisamos compreender alguns fundamentos teóricos que balizam nossa reflexão, a partir das contribuições desenvolvidas pelos linguistas do Círculo de Bakhtin. A partir desses fundamentos, tentaremos demonstrar como a teoria dos gêneros do discurso, elaborada pelo Círculo, oferece uma base para a reflexão da circulação do conhecimento histórico a partir da ação dos próprios historiadores.

Começamos pela categoria de *signo*, o ponto de partida da filosofia da linguagem nessa perspectiva. Segundo Volochínov (2017, p.91-98), o signo representa e substitui algo que é externo a ele, em um processo de *significação*. Qualquer objeto pode se tornar um signo, tornando-se algo que ultrapassa a sua existência material. É importante pontuar que o signo não existe em abstrato, mas ele faz parte da realidade concreta, rodeado por um contexto histórico, ocorrendo sempre em um meio material: um som, uma cor, um movimento. Desse universo de possibilidades, a palavra se destaca por ser o signo por excelência, na medida em que sua existência está reduzida à função de ser um signo. Esse processo de constituição do material sígnico não é individual, solitário, mas se constitui sempre e necessariamente através de uma interação, o que significa dizer que a sociabilidade é uma pré-condição para esse processo.

O fato do signo representar e substituir algo que é externo a ele não significa que, na realidade social, ele tenha um papel externo a ela. Na perspectiva bakhtiniana, o signo é parte integrante dessa realidade e não apenas a constitui, como a transforma:

O signo não é somente uma parte da realidade, mas reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológicas (falso, verdadeiro, correto, justo, bom etc.) podem ser aplicadas a qualquer signo. O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signos há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui significação sígnica* (VOLÓCHINOV, 2017, p.93).

O signo não se encontra, por sua vez, dado, mas ele é objeto constante de uma disputa. Não há relação de coincidência entre coletividade sígnica e determinada classe social e, em realidade, diversas classes sociais compartilham dos mesmos signos para a sua comunicação. O signo possui, portanto, uma multiacentuação, suas ênfases são multidirecionadas e dizem respeito às distintas perspectivas de classe que os colocam em operação. O signo é, portanto, sempre matéria viva, em transformação, dotado de dinamicidade e jamais uma coisa estanque,

petrificada em seu sentido. Daí a célebre afirmação de que “o signo transforma-se no palco⁶ da luta de classes” (VOLÓCHINOV, 2017, p.112-113).

Essas disputas não se dão sempre da mesma forma. Em condições normais, o signo tende a refletir e refratar a realidade nos termos das classes dominantes, as quais sempre tentam realizar um processo de estabilização, de manutenção da ordem, buscando congelar os sentidos de ontem como verdades imutáveis no presente. Por isso, em situações em que a luta de classes se encontra mais ou menos estável, o signo aparece como algo que está dado, como algo que carrega um sentido em si mesmo. A dialética interna do signo aparece de forma mais evidente em momentos de crise (VOLÓCHINOV, 2017, p.113-114).

Dito isso, fica claro que o signo se apresenta como uma unidade complexa, histórica e socialmente constituída. Isso recusa radicalmente perspectivas que considerem que a linguagem seja uma ferramenta de representação quase que transparente da realidade, já dada e adquirida de modo “natural”, como uma herança genética, do modo como afirma o senso comum. Também não nos permite aceitar perspectivas que tomem o signo como uma estrutura esquematicamente dividida entre significante, uma imagem acústica, e significado, um conceito, como no estruturalismo de Ferdinand de Saussure, onde a linguagem aparece como um sistema sincrônico imóvel aos falantes (SAUSSURE, 2006). Os signos que compõem a linguagem são absolutamente dinâmicos e, atravessando e sendo atravessados por uma sociedade cindida em classes sociais, tornam-se objeto de disputa, mais aberta ou mais velada, conforme está dada a situação da luta de classes.

Contudo, ainda que os signos possam parecer ser a unidade que constitui a linguagem, – e compreender seu funcionamento é essencial para que se estabeleça uma compreensão sobre ela –, não são os signos que aparecem ao falante como seu fundamento discursivo. As unidades concretas da linguagem são os *enunciados*.

O enunciado não existe isolado, mas faz parte de um complexo de outros enunciados. “Todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, responde a algo e orienta-se para uma resposta. Ele é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais” (VOLÓCHINOV, 2017, p.184). Não há enunciado isolado, porque o enunciado, ao mesmo tempo, reage a enunciados anteriores e sempre se dirige para um interlocutor, mesmo que este seja um interlocutor médio. Do mesmo modo que o signo, o enunciado é uma elaboração social. Todo enunciado é, portanto, fundamentalmente dialógico. É no interior do enunciado que a palavra

⁶ Em traduções anteriores, “arena da luta de classes”.

adquire um sentido: fora dele, a significação é apenas uma possibilidade (VOLÓCHINO, 2017, p.204-205, 230-231).

É importante salientar que um enunciado não é apenas uma oração, mas qualquer acontecimento discursivo, como uma carta ou um livro (BAKHTIN, 2016 p.15). Seus limites, por sua vez, são definidos pela “alternância dos sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2016, p.29). Como um acontecimento histórico, os enunciados são únicos e irrepetíveis. Ainda que se repitam a mesma sequência de palavras, cada situação, cada momento gera um novo enunciado. E de que modo se organizam esses enunciados? Aqui chegamos ao ponto central para nossa discussão: os enunciados se organizam através de *gêneros do discurso*.

Gêneros do discurso são conjuntos de “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2016, p.11-12), elaborados pelos diferentes campos de atividade humana de acordo com suas necessidades. Os gêneros do discurso viabilizam a comunicação discursiva, tornam-na possível. Eles organizam a nossa compreensão e, em certa medida, permitem-nos mesmo prever seu desfecho. Quanto melhor tenho domínio de um gênero do discurso, maior será minha capacidade de moldá-lo e de expressar livremente minha individualidade (BAKHTIN, 2016, p.39, 41). Esse domínio pode se desenvolver de modo eminentemente prático, sem que os sujeitos o dominem em um nível teórico:

Falamos apenas através de certos gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados têm *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do conjunto*. Dispomos de um rico repertório de gêneros de discurso orais (e escritos). *Em termos práticos*, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas *em termos teóricos* podemos desconhecer inteiramente sua existência (BAKHTIN, 2016, p.38).

Isso exposto, salientamos: um determinado gênero do discurso é mais ou menos adequado para dar conta de um certo contexto discursivo, assumindo uma atitude responsiva a uma série de enunciados anteriores e organizando os enunciados de modo que estes se dirijam para um certo interlocutor (ou conjunto de interlocutores) (BAKHTIN, 2016, p.62-68). Um trabalho acadêmico, por exemplo, se dirige para um certo interlocutor que detém um acúmulo de conhecimentos sobre certo tema e que está apto a compreendê-lo, organizando-se a partir de regras próprias, como a capacidade de demonstrar sua validade científica. Esse mesmo trabalho pode comunicar algo que não seria compreendido por um interlocutor de fora desse espaço, pode refletir sobre questões com complexidades específicas. Uma mensagem de texto enviada para um amigo, por outro lado, possui um estilo amigável, que pressupõe a boa vontade responsiva do interlocutor, o que se diferencia radicalmente do exemplo anterior (em que é preciso, em grande medida, exercer um convencimento fundamentado). Um texto religioso

pressupõe a crença em um certo conjunto de dogmas que, na sua ausência, torna incompreensível seu sentido ou, quando muito, distorce radicalmente sua significação.

A partir dessa exposição sintética, podemos desdobrar uma série de reflexões que podem nos ajudar a enfrentar os desafios apresentados anteriormente. O historiador é um sujeito que, de modo geral, constitui-se em um espaço acadêmico. É através da sua formação profissional que ele se afirmará como historiador, formação que é concluída com a obtenção de um título de graduação de nível superior. Durante sua graduação, esse historiador, ao menos em tese, é apresentado a uma série de procedimentos metodológicos e reflexões teóricas que permitem que ele realize uma produção historiográfica dentro das regras próprias de nossa disciplina e que, como já desenvolvemos, terá um valor de verdade o tanto quanto possível; produzirá um conhecimento sobre o passado de outra ordem daquele, por exemplo, gerado pela percepção da aparência desses processos.

Além disso, durante a sua formação, o historiador é apresentado para um amplo campo de discussões historiográficas, tornando-se familiarizado com o conhecimento acumulado em nosso campo até aquele momento. É a partir desse acúmulo que o jovem historiador de nosso exemplo poderá conduzir as suas reflexões, desenvolvendo questões abertas anteriormente, confrontando seus dados, apresentando novas perspectivas que permitam outras interpretações sobre um processo histórico determinado etc. Em suma, o historiador em formação é apresentado ao interlocutor médio ao qual sua produção acadêmica se dirigirá.

Nesse ínterim, são desenvolvidas aptidões para a operacionalização de um conjunto de gêneros do discurso específicos, como é o caso do artigo científico ou do gênero monográfico. Espera-se, portanto, que o historiador domine (inclusive em um nível teórico) o uso de gêneros adequados para a comunicação de sua produção historiográfica que, entre outras coisas, detém um grau de complexidade que exige, para sua compreensão, um certo acúmulo de conhecimentos prévios e que, portanto, não pode se comunicar corretamente com qualquer interlocutor.

Tomada em si mesmo, a formação do historiador parece ser, em nossa perspectiva teórica, adequada. Um historiador formado em um curso de graduação de qualidade será apto a desenvolver a produção historiográfica e estabelecer diálogos com outros historiadores de forma satisfatória. Devemos nos perguntar: esta formação é adequada para que o historiador cumpra sua função social? Ou, tomando em mãos nosso aporte teórico: o historiador é familiarizado com gêneros do discurso que lhe permita comunicar os conhecimentos produzidos por ele para fora do espaço acadêmico?

Parece-nos que a questão central não diz respeito ao conteúdo da formação acadêmica, ao menos não no sentido de algo que se devesse abrir mão ou abandonar, mas sim àquilo que a formação acadêmica no campo disciplinar da história *não é*, dos espaços de contato com o mundo para fora da academia. Sem o domínio desses gêneros do discurso próprios de outros campos de atividade humana, o historiador acadêmico encontrará grandes dificuldades para realizar o embate de sentidos que temos visto no contexto brasileiro, de fortes tendências negacionistas de nossa história – nem sempre apenas para a história recente –, com eventuais pitadas de esdrúxulo messianismo.

Projetos negacionistas e francamente reacionários, como é o caso daqueles desenvolvidos pela empresa *Brasil Paralelo*, utilizam um certo repertório de gêneros do discurso com grande competência, sobretudo em seus vídeos no *YouTube*. Ainda que seu conteúdo seja historicamente falso, distorcendo o conhecimento sobre o passado de modo a proferir uma certa agenda de suposto liberalismo econômico de tendências cruzadísticas, é evidente que seus enunciados se organizam de modo adequado ao interlocutor médio ao qual parece se direcionar: um público leigo e com pouco ou nenhum conhecimento histórico, masculino e branco. Suas produções não seguem os procedimentos adequados para a produção do conhecimento histórico, metodologicamente ou teoricamente, não se baseando em fontes para sustentar suas afirmações controversas. Em sua narrativa mistificadora do Ocidente há arraigado um sentimento de preconceito com o islamismo, acompanhado de uma concepção da história do Brasil do século XIX, monarquista, patriótica e em busca de heróis nacionais, em sua maioria homens brancos. Sua análise da escravidão é superficial e cumpre um papel de deslegitimar as reivindicações presentes contra o racismo, reduzindo esse processo a uma “mancha” na história ocidental e negando seus aspectos estruturais, no passado e hoje. Em certo sentido, seu produto é uma espécie de resposta mitificada do passado para a crise atual, enfatizando aspectos emocionais na sua narrativa que pretende defender uma espécie de retorno a esse passado idealizado. Passado este que, de fato, deu suporte para a hegemonia masculina, branca e autoritária brasileira e que hoje se vê, ainda que timidamente, ameaçada pelo protagonismo de outros atores sociais. Ao resgatar essas origens, o que essas produções pretendem é garantir a ordem tal como estabelecida e resgatar e reforçar o conjunto de valores que sistematicamente oprimiu as minorias políticas no país.

Enquanto isso, os únicos gêneros do discurso com os quais temos familiaridade em nossa formação dizem respeito ao espaço escolar que, mesmo tendo inquestionável relevância, não esgota as possibilidades discursivas com as quais deveríamos ter contato. Sem esses

instrumentos, ficamos restritos ao que mediadores podem divulgar ao grande público. Até aqui, essa opção tem sido desastrosa.

Por fim, dominar outros gêneros do discurso para além dos puramente acadêmicos nos permitiria estabelecer um diálogo com conhecimentos sobre o passado produzidos em outros contextos e que são de grande relevância, como é o caso da tradição oral de povos indígenas, entre outros. Não é possível que construamos um conhecimento mais democrático em seus sujeitos sem essa posição.

Considerações finais

Desenvolvemos nossa reflexão a partir de três eixos: em um primeiro momento, apresentamos quais são os referenciais teóricos que balizam nossa compreensão acerca da história enquanto campo do conhecimento, por acreditarmos não ser possível propor nossa argumentação sem que esses fundamentos fossem esclarecidos; em um segundo momento, expusemos quais são alguns dos pontos de concordância que temos com aqueles que têm refletido acerca da dita crise da história e da sua estrutura disciplinar; em um terceiro momento, por fim, propomos a contribuição da teoria dos gêneros do discurso, conforme elaborada pelo Círculo de Bakhtin, como forma de apresentarmos alguns encaminhamentos possíveis para essas problemáticas. Pretendemos ter deixado clara a importância de abordarmos essas questões e de que, a despeito de nossas diferenças teóricas, pensemos aproximações possíveis para enfrentarmos esses desafios que nosso tempo tem nos imposto.

Temos consciência de que o valor de verdade do conhecimento histórico seja uma questão em disputa na historiografia, incluindo algumas correntes que o recusam totalmente, assumindo uma postura relativista. Independentemente disso, a questão central que se coloca é a seguinte: há uma série de signos agrupados naquilo que chamaremos de conjunto das verdades históricas. Esses signos aparecem para a sociedade como dados, como verdades em si mesmos. De fato, ao encontrar um desses signos de verdades históricas, a posição da esmagadora maioria dos interlocutores é fundamentalmente binária: é verdade ou não, está correto ou não.

O sentido desses signos, como já demonstramos, é fruto de uma disputa causada por uma sociedade atravessada por classes sociais em conflito. Ocorre que essa contradição não é exatamente clara e as classes dominantes não têm interesse em demonstrar sua existência, ocultando-a sob o véu de verdades absolutas, de afirmações que estão dadas, dotadas de obviedade e naturalidade. O trabalho do historiador, nesse sentido, é o de buscar o desvelamento do real sentido desses signos, torná-los uma reprodução tão fiel quanto possível da realidade.

Mantê-los ocultos é do interesse óbvio das classes dominantes. Trazê-los à luz do dia é do interesse de todos que buscam escancarar as brutais contradições sociais que atravessam nossa sociedade. É um ato que, mesmo vinculado aos procedimentos teórico-metodológicos de um campo do conhecimento, é eminentemente político.

Algumas dessas disputas são mais abertas: a tomada do poder pelos militares em 1964 foi um *golpe* civil-militar ou uma *revolução*? O processo que derrubou a presidenta Dilma Rousseff foi um *impeachment* ou um *golpe* parlamentar? Essas oposições não são meras questões retóricas, mas representam compreensões distintas da realidade, atribuições de sentido para processos históricos que ecoam aos nossos dias em suas consequências.

Outras dessas disputas são mais veladas: quem afirma defender a *família* defende o que? Que forma de organização social está incluída aqui? A quão inclusiva ou excludente é essa família? Defender reformas pelo bem do *Brasil* atende a quais interesses? Quem está representado nesse Brasil? Quais grupos sociais? Afirmar que o país passa por uma profunda *crise* – a maior da sua história, na leitura padrão midiática – significa o que? Que crise é essa, na qual instituições financeiras acumulam lucros recordes? Quem exatamente está em crise?

A história tem aqui um duplo papel. Em primeiro lugar, precisamos desnaturalizar essas significações. O historiador precisa demonstrar, por exemplo, que *povo* é um signo de elevada complexidade e que de modo algum dá conta da totalidade dos interesses de uma certa sociedade. Precisa mostrar que a *violência* não é apenas endêmica à sociedade brasileira, como se fosse uma doença crônica, mas fruto de um longo processo de exclusão e de estabelecimento de um aparato repressivo que reproduz continuamente essa violência.

Mas, além disso, também precisa mostrar que nosso conhecimento sobre o passado não é mero fruto de opiniões, de posições pessoais. O golpe de 1964 instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil. O processo que derrubou a presidenta eleita Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar. O povo negro tem sido sistematicamente exterminado, como consequência de uma tradição jamais superada do escravismo colonial. Os interesses do mercado não são os interesses da maioria da população brasileira, mas os interesses de uma ínfima parcela de rentistas e especuladores. Não teremos condições de realizar essa disputa para fora do espaço acadêmico sem dominar outros gêneros do discurso.

Os historiadores precisam, enfim, trazer algumas verdades. Não há transformação radical de nossa sociedade e libertação da imensa massa de excluídos desse país possível que não passe por elas. Não podemos abrir mão dessa disputa de significações. Abandonar essa

disputa não seria apenas um erro teórico, seria covardia. Tenhamos coragem de assumir o papel que nossa sociedade precisa.

Referências Bibliográficas

AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n.18, 35-49, jan./jun. 2018.

AVILA, Arthur Lima de. NICOLAZZI, Fernando. TURIN, Rodrigo (orgs.). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAUER, Caroline Silveira. NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, Belo Horizonte, Vol. 32, n.60, 807-835, set/dez 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001

GORDON, Lewis R. Decadência Disciplinar e De(s)colonização do Conhecimento. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), 110-126, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MALERBA, Jurandir. Pensar o acontecimento. **História Revista**, Goiania, v.7, 2002, p.117-149.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. IN: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n° 22, dez./2016, p.321-335.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo**. São Paulo: Leya, 2013.

NARLOCH, Leandro. TEIXEIRA, Duda. **Guia Politicamente Incorreto da América Latina**. São Paulo: Leya, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 18-34, jan./jun. 2018.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Breves considerações sobre o método historiográfico. **História & Luta de Classes**, n.º 9, junho de 2010, p.22-27.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

WHITE, Hayden. O passado prático. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 37, p.9-19, jul/dez 2018.